

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.184, DE 28 DE AGOSTO  
DE 2023**

Dispõe sobre a tributação de aplicações em  
fundos de investimento no País.

**EMENDA ADITIVA**

Acresça-se ao art. 23 , constante da MP 1.184, de 28 de agosto de 2023, o seguinte  
inciso VIII:

“Art. 23 .....

.....

VIII - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC.”

**JUSTIFICATIVA**

O mercado de crédito privado sofrerá os efeitos dessa medida que busca antecipar tributação sem realização de ganho, onde acarretará a diminuição da oferta de crédito e o possível aumento da taxa de juros.

Se vislumbramos um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC que conceda um crédito de 5 anos, com carência de 2 e amortização no final, o dono do dinheiro pagará imposto sem receber o seu dinheiro por 5 anos e ainda mais, caso não receba por inadimplência, ele fará o que?

São medidas como essa que vão inviabilizar o aumento do PIB, pela diminuição de crédito, especialmente de longo prazo.

Sendo assim, peço o apoio dos meus pares na presente emenda, visando o aprimoramento da proposta.

**Deputada DANI CUNHA**  
UNIÃO- RJ

